



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 075

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE AGOSTO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 069ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE AGOSTO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Barbosa Neto.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kiesel, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (51). Achando-se ausente os Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Dr. Luciano Ducci e Pedro Ivo Ilkiv (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero informar aos senhores Parlamentares que está sendo apresentado no dia de hoje o Projeto de Resolução que dispõe sobre o quadro efetivo do pessoal da secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica o Acordo de Lei Autorizatório 13.950.

Solicitamos já ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que na próxima segunda-feira faça uma Sessão Extraordinária para que possamos incluir na Ordem do Dia de segunda-feira o Plano de Cargos e Salário dos funcionários desta Casa, juntamente com o Plano de Cargos e Salários do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Reni Pereira)

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1440

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 25.08.2004.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1439

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para discussão e votação dos Projetos de Resolução nºs 011 e 012/2004, itens 07 e 08 da Ordem do dia.

Sala das Sessões, em 25.08.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1442

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido na Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 22 de agosto passado, do Sr. Daniel Gaidex, advogado e industrial aposentado, respeitado e bem sucedido no Município de Ponta Grossa e pai do Vice-Presidente do Diretório do PTB, Daniel Gaidex Junior.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento à viúva, Sra. Bernardete de Barros Gaidex, Rua 7 de Setembro, 276 - Centro - CEP: 84.010-250 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 25.08.2004.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2004

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - O Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa a ser o desta Resolução.

Art. 2º - A denominação e a classificação dos atuais cargos, o grupo ocupacional a que pertencem e as

respectivas séries são transformados conforme os Anexos I, II, III e IV da presente Resolução.

Parágrafo Único - Os vencimentos dos cargos previstos no *caput* deste artigo, e dos cargos de Procurador e de Consultor Técnico Legislativo são os constantes dos anexos V e VI da presente Resolução.

Art. 3º - A gratificação pelo exercício de encargos especiais de que tratam os artigos 172, inciso VIII e 178, ambos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a ser concedida aos ocupantes de cargos de provimento em comissão e efetivo desta Assembléia Legislativa, na forma estabelecida em Ato da Comissão Executiva.

Art. 4º - O acesso vertical, dentro da respectiva classe, dar-se-á por promoção, atendidos os dispositivos do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, ficando vedada a transferência de carreira, cujas vagas iniciais somente poderão ser providas através de concurso público.

Art. 5º - O servidor poderá ser enquadrado em carreira de nível superior, constantes dos anexos I, II e IV, deverá ter obrigatoriamente, além do diploma de curso superior, inscrição na respectiva associação de classe na data de publicação desta Resolução.

Art. 6º - Os atuais cargos de Consultor Legislativo “A” e “B”, ficam extintos ao vagar.

Art. 7º - O cargo de Consultor Técnico às Comissões passa a denominar-se Consultor Técnico Legislativo, ficando mantidas as atuais atribuições.

Art. 8º - Os atuais ocupantes dos cargos de Consultor Técnico “A” e “B” passam a integrar o cargo de Consultor Legislativo.

Art. 9º - Os atuais ocupantes do cargo de Oficial Legislativo “A” passam a integrar o cargo de Técnico Administrativo.

Art. 10 - A Comissão Executiva no prazo de 30 (trinta) dias montará uma comissão composta por 5 (cinco) funcionários da Assembléia Legislativa a fim de proceder ao enquadramento dos servidores deste Poder nos cargos constantes desta Resolução.

Parágrafo Único - A Comissão nomeada terá o prazo de 90 (noventa) dias para proceder o enquadramento previsto no *caput* deste artigo.

Art. 11 - Os valores atualmente percebidos pelos servidores do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a título de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de gratificação pela prestação de serviços extraordinários, de adi-

cionais trienais, de gratificação de produtividade e as vantagens previstas nas Resoluções de nºs 01, de 13 de abril de 2000; 01, de 19 de março de 2002 e 08, de 03 de julho de 2002, ficam incorporados aos respectivos vencimentos básicos, constantes ao anexo V.

Art. 12 - Os dispositivos desta Resolução aplicam-se ao pessoal inativo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 13 - As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta do orçamento próprio do Poder Legislativo.

Art. 14 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.08.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 320/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 11.624, de 06 de dezembro de 1996.

Art. 2º - O Estado do Paraná deverá num prazo de até noventa dias dar nova destinação ao imóvel.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.08.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Como diz aquela frase, Sr. Presidente, o Requião não tem razão. Hoje os meios de comunicação trazem a decisão do Procurador Geral da República, Claudio Fontelli, dando um Parecer pela inconstitucionalidade das posições do Governo do Estado do Paraná com relação aos transgênicos no nosso Estado.

Então, o Procurador da República dá o seu Parecer questionando toda essa questão e prova que o Requião não tem razão. Nós vemos aí o Estado do Paraná, segundo números da FAEP, trazendo os prejuízos que os produtores do Estado têm com relação a não produção de transgênicos, a não exportação, em espe-

cial da soja. E tudo isso faz com que o nosso Estado venha a perder. Agora está indo para o Supremo Tribunal Federal, para que tenhamos aí uma decisão definitiva, mas com o Parecer do Procurador Geral da República contrário às posições do Governo do Estado do Paraná.

Era só para registrar essa posição e o fiz: o Requião não tem razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, peço a palavra só para dizer que o Requião tem razão. O Deputado Plauto é um derrotista iminente ao Diário, tudo o que dá errado para o Paraná, ele aplaude, porque é Oposição “burra”. E Oposição não deve ser “burra”, tem que ser Oposição inteligente. Parecer contra o Estado, quando o Estado perde o pedágio, perde o Fontelli, quando não dá certo alguma coisa no Estado, nós temos que chorar, lamentar, ajudar, pensar positivo, como o Deputado Durval Amaral que foi ao Palácio convidar o Governador para a inauguração de uma fábrica em Cambé.

Parabéns Deputado Durval Amaral, V. Exa. merece ser líder da Oposição porque é inteligente, faz política com inteligência e não Oposição “burra” como o Deputado Plauto.

Eu lamento, Deputado. O Requião tem razão quando quer prender ladrões. Eu acho que ele sempre terá razão.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para comunicar à Casa, a semana vai ser bastante difícil, mas a partir de segunda-feira nós pretendemos reunir a Comissão de Educação. E já faço aqui um convite, inclusive, ao Deputado Barbosa Neto, que é um assíduo da Comissão de Educação, para que nós possamos debater um assunto que hoje está em pauta em todos os jornais, inclusive, por conta dos valores que estão sendo gastos com a educação e que estão incluindo em vários Estados, inclusive no nosso, os inativos. O que faz com que o valor da educação seja menor na prática do que aquele destinado constitucionalmente, que são os 25%.

Então, pretendemos fazer uma reunião da Comissão de Educação, debater com o Governo que tem se mostrado sensível diversas vezes a esse debate, mas debater com o Governo que o valor que está sendo gasto hoje com a educação não é o valor dito pela Constituição.

Então, a partir da semana que vem nós devemos reunir a Comissão de Educação e comunicar a esta Casa os resultados dessa reunião.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

Sr. Presidente, escutei aqui as palavras do líder do PMDB, Antonio Anibelli, em defesa do seu Governador, é natural. Subi naquela tribuna, em defesa da agricultura do Estado do Paraná, ainda bem que na esfera federal há pessoas equilibradas que deram o Parecer pela inconstitucionalidade dessa besteira que o Governador está fazendo com o Estado, proibindo o transporte, plantio e exportação da soja transgênica. Isso é uma coisa que não tem como segurar, Sr. Presidente, isso é o futuro e nós veremos no Estado do Paraná, se não pelas mãos do Governador Requião, mas de outro Governador que virá, seguir a Lei Federal que o Presidente Lula fez com que, através de uma medida provisória, fosse possível o plantio, o transporte, a comercialização de soja transgênica. Com certeza dessa forma os produtores do Paraná vão agradecer ao Procurador da República e ao Governo Federal pela atitude que está tomando, porque a soja transgênica tem um custo de produção, Sr. Presidente, mais barato e até hoje ninguém provou que faz mal à saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Agora, Sr. Presidente, o Deputado Plauto se torna inteligente, ele justifica uma posição com argumentos, mas, subir à tribuna e dizer: “Requião não tem razão”, isso é burrice, Deputado Plauto!

V. Exa. quando diz que o Requião não tem razão está cometendo uma burrice, um engano; Requião tem razão e o povo deu-lhe razão quando o elegeu com 500 mil votos de diferença daquele time falido do Jaime Lerner.

Então, V. Exa. tem razão em discutir a transgenia. Eu não discuto porque não entendo, o paranaense sabe produzir, as terras são as melhores do mundo e aqui no Paraná o Brasil marcou encontro, como dizia Bento Munhoz da Rocha Neto.

Vieram para o Paraná os moradores do Brasil de todos os Estados, marcaram encontro no Paraná, no norte os mineiros, no sudoeste os gaúchos, catarinenses e paulistas, no norte vieram plantar café, vieram engrandecer este Estado e fazê-lo um exemplo de dignidade à tribuna e dizer que Requião não tem razão! O Requião tem razão em quase tudo, o povo o aplaude, por isso ele tem 70% de preferência do povo e o Jaime Lerner foi para o Rio de Janeiro.

Perfeito só Jesus Cristo e mesmo assim, veio ao mundo e o mataram com 33 anos!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1440, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão. **Prejudicado.**

Requerimento nº 1439, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação dos Projetos de Resolução nºs 011 e 012/2004, itens 07 e 08 da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de junho e julho de 2004. Resolução nº 003/2004. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado. (Publicado em 17.08.2004).**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Senhores Deputados, referente aos meses de junho e julho 2004, conforme Resolução nº 003/2004, de 15.03.2004.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.2004.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Francisco Bühner, José Maria Ferreira, Antonio Anibelli.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 063/2004

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 063/2004, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Sr. Deputados, referente aos meses de junho e julho de

2004, regulamentada pela Resolução nº 003/2004, de 15 de março de 2004.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da Proposição supracitada, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, concluindo pelo Parecer - favorável. Aprovado.

Pelo acima exposto, delibera essa Relatoria, pela aprovação da presente Proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2003. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONTAS. Aprovado. (Publicado em 07.08.2004).**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2004

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas que compõe os demonstrativos dos balanços financeiros, orçamentários e patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Francisco Bühner, Antonio Anibelli, Carlos Simões.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 062/2003

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão a Proposição em epígrafe, dando conhecimento das atividades e controle das receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias deste poder legislativo, com apuração dos balancetes mensais e balanço anual verificados durante o exercício financeiro de 2003.

Após exame do relatório anual das atividades e controle das receitas e despesas orçamentárias e a extra-orçamentárias desta Casa e demais peças a ele anexadas, verificamos que o todo encontra-se em conformidade

com a legislação em vigor, deliberando pela sua aprovação, uma vez que as contas prestadas encontram-se exatas.

Pelo acima exposto, conclui este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2003, de 02.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 502/2003

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 502/2003 de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Augustinho Zucchi, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura do Município de Itapejara D'Oeste o lote de terreno registrado sob o nº 7.093, no Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, denominado chácara nº 21 - A, situada na cidade de Itapejara D'Oeste, em uma área total de 10.000 (dez mil) metros quadrados.

Da Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se, considerando-se que a Constituição Estadual no seu Artigo 10, dispõe que: “os bens imóveis do Estado não poderão ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o benefício for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social”.

Depreende-se da análise textual do artigo 10 acima descrito que, via de regra, os imóveis não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, mas acaba estabelecendo algumas exceções, resta-nos analisar criteriosamente o caso em concreto, do que da análise textual depreende-se que a cessão é para a Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste, para a construção de moradias destinadas a famílias carentes do Município.

Ademais, a melhor doutrina traz que a cessão de uso, nada mais é que a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado.

Portanto, é o ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando, ou seja, se faz necessário que o bem não esteja sendo utilizado pelo cedente, o que conforme informações prestadas pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, na Coordenadoria do Patrimônio do Estado, o imóvel a que se pretende ceder à Prefeitura do Município de Itapejara d'Oeste, encontra-se sem ocupação, nas cercanias de dois conjuntos habitacionais e que não existe unidade escolar nas proximidades.

Da Conclusão

Diante do exposto, este relator apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 502/2003, para apreciação dos demais membros desta Comissão de Constituição e Justiça e devida tramitação do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 502/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi que pretende autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de um imóvel urbano localizado no Município de Itapejara D'Oeste, com área de total de 10.000 metros quadrados, sem benfeitorias, para que aquela municipalidade possa utilizar para construção de moradias, tendo como beneficiárias famílias carentes, encontra-se retirado de pauta desta Comissão de Mérito desde março do corrente ano, aguardando informações da FUNDEPAR, sem resposta até a presente data.

A diligência foi no sentido daquele órgão manifestar-se sobre a sua intenção de utilizar o mencionado imóvel tendo em vista resposta da Coordenadoria de Patrimônio Público da Secretaria de Estado da Administração e Previdência e que limitou-se a informar que o terreno objeto desta proposição “se encontra nas cercanias de dois conjuntos habitacionais e que não existe unidade escolar nas proximidades”, propondo a consulta à FUNDEPAR manifestar-se quanto a eventual interesse na área.

Considerando-se que até a presente data não houve resposta e a função desta Comissão é a análise do mérito do projeto e não a sua legalidade, mormente quanto à sua iniciativa, que já foi apreciada e aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, onde nos posicionamos pela necessidade da iniciativa obrigatoriamente ter de partir do Executivo, mas resultou na aprovação de parecer favorável de lavra do ilustre Deputado Delegado Braddock, somos pela aprovação do presente projeto quanto ao seu mérito, considerando a inércia do Executivo quanto à manifestação solicitada.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 704/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar para o Município de Agudos do Sul imóveis do Governo do Estado do Paraná, situados naquele Município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 100/2003, de 25.11.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 704/2003

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Carlos Simões, trata-se de projeto autorizatório de doação de imóvel do Estado para um município paranaense, no caso, para o Município de Agudos do Sul.

Como muitos outros apresentados nesta legislatura, sempre entendemos que a iniciativa, obrigatoriamente, nestas hipóteses teria de partir do Executivo, pois, embora a legislação de autorização legislativa para a consumação deste ato, não é de boa técnica esta autorização ser antecipada à efetiva decisão do Executivo de doar o bem. O Legislativo deve autorizar, se assim decidir, o que o Executivo solicitar, e não autorizar o que este não pleiteou.

Do contrário, teremos leis inócuas. Leis que autorizam o Executivo a doar imóveis que este não pretende doar são inócuas. Pois sem a iniciativa daquele Poder é impossível concretizar o ato de doação de bem do Estado.

Assim, sugerimos que o Parlamentar sempre deve encaminhar o pleito primeiramente ao Chefe do Executivo Estadual, através de uma Indicação Legislativa, para este encaminhar um anteprojeto de lei pedindo a autorização legislativa necessária.

Também propugnamos em pareceres anteriores, mas nas Comissões de Mérito, no sentido de primeiramente diligenciar junto ao Executivo Estadual sobre o seu interesse nestes imóveis, objetos de intempestivos projetos autorizatórios, fundamentando a nossa precaução no sentido de que a eficácia da proposição, por mais justa que seja, depende da vontade da Administração, uma vez que não vislumbramos a possibilidade deste legislativo em poder tornar prática uma alienação, onerosa ou não, de um imóvel, mesmo com a existência de uma lei estadual dispondo para tanto. Daí entendemos ser inócua uma lei autorizatória que não seja de interesse do Executivo.

Todavia, a ampla maioria desta Comissão de Constituição e Justiça tem opinião diversa, tendo sempre decidido pela constitucionalidade das iniciativas parlamentares de doação de imóveis.

Conclusão

Destarte, curvo-me diante da opinião da maioria dos componentes da Comissão de Constituição e Justiça,

no sentido de dar parecer favorável ao Projeto de Lei nº 704/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel, que especifica, para o Município de Agudos do Sul.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 704/2003

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Carlos Simões, o presente projeto de lei pretende autorizar o Chefe do Poder Executivo a doar dois imóveis ao Município de Agudos do Sul com áreas de 2.250 m² e 119.600m².

Do Parecer

Os imóveis objeto do projeto de lei já se encontram na órbita de uso e de administração do Município de Agudos do Sul, sendo que um deles serve de Posto de Saúde 24 horas e no outro está edificada uma escola municipal e ginásio de esportes. A legislação vigente ao tratar da matéria esclarece que:

“Os bens imóveis do Estado, não poderão ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social”. (Constituição do Estado do Paraná, artigo 10).

Outrossim, a destinação dos imóveis se enquadra no projeto de desenvolvimento e da natureza do poder público.

Do Voto

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.
(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 714/2003, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o Município de Nova Aurora os lotes urbanos nº 08 e 09, da Quadra nº 23 da planta do loteamento denominado Jardim Nova Aurora, de propriedade do Governo do Estado do Paraná, para uso do Conselho Tutelar do Município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2003, de 02.12.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 714/2003

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Duílio Genari, trata-se de projeto autorizatório de doação de imóvel do Estado para um município paranaense, no caso, para o Município de Nova Aurora.

Como muitos outros apresentados nesta legislatura, sempre entendemos que a iniciativa, obrigatoriamente, nestas hipóteses teria de partir do Executivo, pois, embora a legislação de autorização legislativa para a consumação deste ato, não é de boa técnica esta autorização ser antecipada à efetiva decisão do Executivo de doar o bem. O Legislativo deve autorizar, se assim decidir, o que o Executivo solicitar, e não autorizar o que este não pleiteou. Do contrário, teremos leis inócuas. Leis que autorizam o Executivo a doar imóveis que este não pretende doar são inócuas. Pois sem a iniciativa daquele Poder é impossível concretizar o ato de doação de bem do Estado.

Assim, sugerimos que o Parlamentar sempre deve encaminhar o pleito primeiramente ao Chefe do Executivo Estadual, através de uma Indicação Legislativa, para este encaminhar um anteprojeto de lei pedindo a autorização legislativa necessária.

Também propugnamos em pareceres anteriores, mas nas Comissões de Mérito, no sentido de primeiramente diligenciar junto ao Executivo Estadual sobre o seu interesse nestes imóveis, objetos de intempestivos projetos autorizatórios, fundamentando a nossa precaução no sentido de que a eficácia da proposição, por mais justa que seja, depende da vontade da Administração, uma vez que não vislumbramos a possibilidade deste legislativo em poder tornar prática uma alienação, onerosa ou não, de um imóvel, mesmo com a existência de uma lei estadual dispondo para tanto. Daí entendemos ser inócua uma lei autorizatória que não seja de interesse do Executivo.

Todavia, a ampla maioria desta Comissão de Constituição e Justiça tem opinião diversa, tendo sempre decido pela constitucionalidade das iniciativas parlamentares de doação de imóveis.

Conclusão

Destarte, curvo-me diante da opinião da maioria dos componentes da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de dar parecer favorável ao Projeto de Lei nº 714/2003, de autoria do Deputado Duílio Genari, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel, que especifica, para o Município de Agudos do Sul.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 714/2003

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Duílio Genari, o projeto em epígrafe autoriza o Estado do Paraná a doar imóvel ao

Município de Nova Aurora para ser utilizado no desenvolvimento dos trabalhos do Conselho Tutelar.

O funcionamento do Conselho Tutelar é de extrema importância para a sociedade, uma vez que este órgão tem a missão de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente no âmbito do Município.

Assim, considerando a existência de interesse público relevante, esta Comissão emite parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, situado no Município de Alto Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2004, de 17.02.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 007/2004

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Luiz Accorsi, trata-se de projeto autorizatório de doação de imóvel do Estado para um município paranaense, na caso, para o Município de Alto Paraná. Como muitos outros apresentados nesta legislatura, sempre entendemos que a iniciativa, obrigatoriamente, nestas hipóteses teria de partir do Executivo, pois, embora a legislação de autorização legislativa para a consumação deste ato, não é de boa técnica esta autorização ser antecipada à efetiva decisão do Executivo de doar o bem. O Legislativo deve autorizar, se assim decidir, o que o Executivo solicitar, e não autorizar o que este não pleiteou. Do contrário, teremos leis inócuas. Leis que autorizam o Executivo a doar imóveis que este não pretende doar são inócuas. Pois sem a iniciativa daquele Poder é impossível concretizar o ato de doação de bem do Estado.

Assim, sugerimos que o Parlamentar sempre deve encaminhar o pleito primeiramente ao Chefe do Executivo Estadual, através de uma Indicação Legislativa, para este encaminhar um anteprojeto de lei pedindo a autorização legislativa necessária.

Também propugnamos em pareceres anteriores, mas nas Comissões de Mérito, no sentido de primeiramente diligenciar junto ao Executivo Estadual sobre o seu interesse nestes imóveis, objetos de intempestivos projetos autorizatórios, fundamentando a nossa precaução no sentido de que a eficácia da proposição, por mais justa que seja, depende da vontade da Administração, uma vez que não vislumbramos a possibilidade deste legislativo em poder tornar prática uma alienação, onerosa ou não, de um imóvel, mesmo com a existência de uma lei estadual dispondo para tanto. Daí entendemos

ser inócua uma lei autorizatória que não seja de interesse do Executivo.

Todavia, a ampla maioria desta Comissão de Constituição e Justiça tem opinião diversa, tendo sempre decidido pela constitucionalidade das iniciativas parlamentares de doação de imóveis.

Conclusão

Destarte, curvo-me diante da opinião da maioria dos componentes da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de dar parecer favorável ao Projeto de Lei nº 007/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel, que especifica, para o Município de Alto Paraná.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 007/2004

P A R E C E R :

Chamada a opinar a respeito do Projeto de Lei nº 007/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alto Paraná o imóvel pertencente ao Estado do Paraná, localizado na sede daquela municipalidade, constituído pelo lote nº 01 da quadra 372, com área total de 450,00 m², objeto da Transcrição nº 0582 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Alto Paraná, esta Comissão apresenta parecer favorável, tendo em vista o grande alcance social do mesmo, que vai permitir que a prefeitura construa no local o “Lar da Criança”, entidade voltada a atender menores carentes daquela comunidade.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.
(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
FRANCISO BÜHRER - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar à APAE de Foz do Iguaçu, o lote nº 179, do quadrante 10, quadrícula 01, setor 06, da quadra 38, situado naquele município. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2004, de 28.04.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 140/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 140/2004 de autoria do Exmo. Sr. Deputado Dobrandino da Silva, tem por desígnio autorizar o Poder Executivo a doar à APAE de Foz do Iguaçu, o lote nº 179 do quadrante 10, quadrícula 01,

setor 06, da quadra 38, situado na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Histórico

O referido projeto de lei, trata de uma autorização para o Poder Executivo efetuar a doação do imóvel que especifica à APAE da cidade de Foz do Iguaçu, imóvel este que ficará gravado com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade. Ressaltado o mérito do projeto de lei em sua justificativa, o qual, se convolado em Lei Positivada, estará ajudando 503 alunos excepcionais dando-lhes maiores condições de estudo.

Fundamentação

Com efeito, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida proposição, ficando defesa a análise do seu mérito.

Segundo a redação da Carta Magna Estadual, é de competência privativa da Assembléia Legislativa a autorização prévia para a alienação de bens imóveis do Estado, sendo esta uma das formas de controle dos atos do Poder Executivo.

Conclusão de relatório

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que neste instante possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis, fazendo fulgurar a necessidade de sua análise pela Comissão de Terras desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 140/2004

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Dobrandino da Silva, o projeto em epígrafe autoriza o Estado do Paraná a doar imóvel à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu, para ser utilizado exclusivamente em suas atividades beneficentes, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado, sem direito a ressarcimentos.

De acordo com a justificativa do autor, o imóvel em questão já está sendo utilizado pela APAE de Foz do Iguaçu, que atualmente atende 503 alunos excepcionais, com programas de educação infantil, ensino fundamental e educação profissional. Ainda segundo o autor, a entidade promove assistência a partir do nascimento até a terceira idade.

Assim, considerando a existência de interesse público relevante, esta Comissão emite parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/2004, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Franke Dijkstra. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 067/2004, de 05/08/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 266/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado ao Sr. Franke Dijkstra.

Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça, entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de cidadão honorário e benemérito do Estado do Paraná. O Partido do autor, também, já oficiou que a proposição faz parte da cota da agremiação partidária.

Relatoria

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 266/2004, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Reni Pereira, a contagem dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Não me recordo de alguém ter pedido a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quando a verificação é de quórum, nós temos que fazer a chamada.

O SR. DURVAL AMARAL

Mas não é verificação de votação?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Projeto a ser votado agora, seria com votação secreta.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

(**Continua a chamada nominal**)

Dezoito Deputados estão presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há quórum para votação, só há para continuidade da Sessão. Se algum Deputado quiser fazer uso da palavra, podemos continuar com a Sessão, mas está encerrada a votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Gostaria que constasse nos Anais da Casa que a Sessão, nesta manhã caiu no item 6º e que não chegou a ser lido, o expediente que se encontra sobre a Mesa.

Também, só a título de curiosidade...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está falando do Expediente referente ao requerimento da transformação em Sessão Ordinária no dia 30? É esse?

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só recebemos na data de ontem e realmente não foi lido. O Regimento, quando se apresenta um requerimento neste sentido, damos por recebido. Agora, não foi lido em plenário; fica constando nos Anais desta Casa que não foi lido.

E, automaticamente, Deputado Durval Amaral, estou participando ao Deputado Anibelli, que é Líder do PMDB, esse Projeto nº 304/2004, não vai entrar na pauta de segunda-feira, porque inclusive não foi aprovado o seu regime de urgência. Esse requerimento automaticamente está prejudicado.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, era esse o entendimento que esperávamos de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1442, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Curitiba, 10 de agosto de 2004.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 107, 186, 194, 223, 241 e 259/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 502, 704 e 714/2003; 004 e 140/2004; e dos Projetos de Resolução nºs 011 e 012/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 254, 266 e 298/2004; e do Projeto de Resolução nº 013/2004.

Levanta-se a Sessão.

Balancetes:

OFÍCIO Nº 010/2004

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete de verificação deste Poder referente ao mês de ABRIL/2004, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Abril	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/04/2004
MÊS: Abril	Exercício: 2004	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	15.500.000,00	59.000.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	15.500.000,00	59.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	400.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	400.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	15.600.000,00	59.400.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DOS SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.067.869,28	1.949.038,87
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.067.869,28	1.949.038,87
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.067.869,28	1.949.038,87
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	15.703.028,73	9.229.421,96
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	15.703.028,73	9.229.421,96
TOTAL	32.370.898,01	70.578.460,83

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Abril Exercício: 2004	MÊS: Abril	REF: GAR260A PAG: 02 Data: 30/04/2004
--	------------	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	15.006.820,61	52.429.251,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.438.097,47	44.320.315,25
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.568.723,14	8.108.935,84
DESPESAS DE CAPITAL	35.817,74	53.032,24
INVESTIMENTOS	35.817,74	53.032,24
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	15.042.638,35	52..482.283,33
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	16..881,28	563.918,62

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
PAGAMENTOS	16.881,28	563.918,62
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.907.374,76	2.128.255,26
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.907.374,76	2.128.255,26
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.924.256,04	2.692.173,88
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	15.404.003,62	15.404.003,62
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	15.404.003,62	15.404.003,62
TOTAL	32.370.898,01	70.578.460,83

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 011/2004

Curitiba, 10 de agosto de 2004.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete de verificação deste Poder referente ao mês de MAIO/2004, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Maio	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/05/2004
MÊS: Maio	Exercício: 2004	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
RECEITAS CORRENTES	14.700.000,00	73.700.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	14.700.000,00	73.700.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	500.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	14.800.000,00	74.200.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	419.998,35	2.369.037,22
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	419.998,35	2.369.037,22
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	419.998,35	2.369.037,22
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	15.404.003,62	9.229.421,96
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	15.404.003,62	9.229.421,96
TOTAL	30.624.001,97	85.798.459,18

BALANCETE FINANCEIRO		MÊS: Maio	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ			PAG: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ			Data: 31/05/2004
MÊS: Maio	Exercício: 2004		

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	13.226.716,63	65.655.967,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.485.426,45	54.805.741,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.741.290,18	10.850.226,02
DESPESAS DE CAPITAL	142.185,10	195.217,34
INVESTIMENTOS	142.185,10	195.217,34
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	13.368.901,73	65.851.185,06
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	28.167,50	592.086,12
PAGAMENTOS	28.167,50	592.086,12
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	440.000,00	2.568.255,26
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	440.000,00	2.568.255,26
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	468.167,50	3.160.341,38
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	16.786.932,74	16.786.932,74
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	16.786.932,74	16.786.932,74
TOTAL	30.624.001,97	85.798.459,18

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 012/2004

Curitiba, 10 de agosto de 2004.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete de verificação deste Poder referente ao mês de JUNHO/2004, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO**BALANCETE FINANCEIRO**

MÊS: Junho

REF: GAR260A

ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PAG: 01

UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Data:30/06/2004

MÊS: Junho

Exercício: 2004

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	19.500.000,00	93.200.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	19.500.000,00	93.200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	600.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	600.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	19.600.000,00	93.800.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	521.234,32	2.890.271,54
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	521.234,32	2.890.271,54
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	521.234,32	2.890.271,54
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	16.786.932,74	9.229.421,96
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	16.786.932,74	9.229.421,96
TOTAL	36.908.167,06	105.919.693,50

BALANCETE FINANCEIRO		MÊS: Junho	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ			PAG: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ			Data: 30/06/2004
MÊS: Junho		Exercício: 2004	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	18.249.084,71	83.905.052,43
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.642.238,96	70.447.980,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.606.845,75	13.457.071,77
DESPESAS DE CAPITAL	46.471,90	241.689,24
INVESTIMENTOS	46.471,90	241.689,24
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	18.295.556,61	84.146.741,67
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	25.712,08	617.789,20
PAGAMENTOS	25.712,08	617.798,20

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	448.560,00	3.016.815,26
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	448.560,00	3.016.815,26
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	474.272,08	3.634.613,46
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	18.138.338,37	18.138.338,37
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	18.138.338,37	18.138.338,37
TOTAL	36.908.167,06	105.919.693,50

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 013/2004

Curitiba, 10 de agosto de 2004.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de JULHO/2004, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Julho	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/07/2004
MÊS: Julho	Exercício: 2004	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	15.100.000,00	108.300.000,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	15.100.000,00	108.300.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	700.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	700.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	15.200.000,00	109.000.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A.)	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	1.511.976,06	4.402.247,00
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.511..976,06	4.402..247,60
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.511.976,06	4.402.247,60
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	18.138.338,37	9.229.421,96
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	18.138.338,37	9.229.421,96
TOTAL	34.850.314,43	122.631.669,56

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Julho Exercício: 2004		MÊS: Julho REF: GAR260A PAG: 02 Data: 31/07/2004
--	--	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	14.921.695,67	98..826.748,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.082.369,42	82.530.350,08
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.839.326,25	12.014.845,00
16.296.398,02	22.599,34	264.288,58
INVESTIMENTOS	22.599,34	264.288,58
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	14.9444.295,01	99.091.036,68
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	617.798,20
PAGAMENTOS	0,00	617.798,20
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A.)	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	556.880,00	3.573.695,26
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	556.880,00	3.573.695,26
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	556.880,00	4.191.493,46
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	19.349.139,42	19.349.139,42
VINCULADO	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	19.349.139,42	19.349.139,42
TOTAL	34.850.314,43	122.631.669,56

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade